



Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

ISSN: 1807-0310

Associação Brasileira de Psicologia Social

Hüning, Simone Maria; Scisleski, Andrea Cristina Coelho
RESSONÂNCIAS DE UMA EPISTEMOLOGIA FOUCAULTIANA EM PSICOLOGIA SOCIAL

Psicologia & Sociedade, vol. 30, 2018, pp. 1-10

Associação Brasileira de Psicologia Social

DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30170632>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309358414035>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

RESSONÂNCIAS DE UMA EPISTEMOLOGIA FOUCAULTIANA EM PSICOLOGIA SOCIAL

RESONANCIAS DE UNA EPISTEMOLOGÍA FOUCAULTIANA EN PSICOLOGÍA SOCIAL

RESONANCES OF FOUCAULT'S EPISTEMOLOGY IN SOCIAL PSYCHOLOGY

<http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30170632>

Simone Maria Hüning¹ e Andrea Cristina Coelho Scisleski²

¹ Universidade Federal de Alagoas, Maceió/AL, Brasil

² Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande/ MS, Brasil

RESUMO

Este artigo aborda o campo epistemológico da psicologia social em termos de uma matriz pós-estruturalista de base foucaultiana. O texto desenvolve sua discussão especialmente a partir de quatro argumentos: (a) há uma vasta gama de trabalhos (pesquisas e intervenções), no campo da psicologia social, que tem sido formulada a partir das contribuições do pensamento foucaultiano; (b) a presente epistemologia opera com o exercício de um pensamento crítico, porém refere-se a uma concepção distinta da ideia de crítica tradicionalmente abordada pela psicologia social crítica; (c) essa perspectiva teórica relaciona-se com concepções de sujeito/subjetivização e sociedade que modificam a própria psicologia social e que encontram aí os fundamentos para sua legitimidade nesse campo de estudo; (d) o pensamento foucaultiano no contexto da psicologia social desponha reivindicando uma epistemologia própria, já que não é contemplado pelas perspectivas tradicionalmente abordadas.

Palavras-chave: Psicologia Social; epistemologia; Foucault; crítica; pós-estruturalismo.

RESUMEN

Este artículo aborda el campo epistemológico de la psicología social en términos de una matriz posestructuralista de base foucaultiana. El texto desarrolla la discusión especialmente a partir de cuatro argumentos: (a) hay una amplia gama de trabajos (investigaciones e intervenciones) en el campo de la psicología social, que ha sido formulada a partir de las contribuciones del pensamiento foucaultiano; (b) la presente epistemología opera con el ejercicio de un pensamiento crítico, sin embargo se refiere a una concepción distinta de la idea de crítica tradicionalmente abordada por la psicología social crítica; (c) esa perspectiva teórica se relaciona con concepciones de sujeto/subjetivación y sociedad que modifican la propia psicología social y que encuentran los fundamentos para su legitimidad en este campo de estudio; (d) el pensamiento foucaultiano en el contexto de la psicología social aparece reivindicando una epistemología propia, ya que no es contemplado por las perspectivas tradicionalmente abordadas.

Palabras clave: Psicología Social; epistemología; Foucault; crítica; posestructuralismo.

ABSTRACT

This article discusses the epistemological field of social psychology in terms of a poststructuralist matrix based in Foucault. The text develops its discussion based especially on four arguments: (a) there is a wide range of works (research and interventions) in the field of social psychology, which have been formulated based on the contributions of Foucault's thought; (b) the present epistemology operates using the exercise of critical thinking, however it refers to a conception of critical idea different than the one traditionally addressed by critical social psychology; (c) this theoretical perspective relates to the concepts of subject/subjectivity and society that change social psychology itself, and therefore there is basis for legitimacy in this field; (d) Foucault's thinking in the context of social psychology emerges by claiming its own epistemology, since it is not covered by the prospects traditionally addressed.

Keywords: Social Psychology; Epistemology; Foucault; Criticism; Post structuralism.

Introdução

A proposta de escrever este artigo surge, primordialmente, da falta de textos de referência que apresentem um panorama epistemológico da Psicologia social no Brasil considerando abordagens que trabalham a partir das contribuições foucaultianas, e de uma recorrente pergunta sobre esses trabalhos: “isso é mesmo Psicologia?”. O projeto de escrever este texto se deve, portanto, às inquietações que os afazeres de docência e de pesquisa no campo da Psicologia social e diálogo com Michel Foucault têm reverberado em nosso cotidiano acadêmico.

Desenvolvemos a discussão a partir de quatro argumentos: (a) há uma vasta gama de trabalhos (pesquisas e intervenções), no campo da Psicologia social, formulada a partir das contribuições do pensamento foucaultiano; (b) essa epistemologia opera com o exercício de um pensamento crítico – porém refere-se a uma concepção distinta da ideia de crítica tradicionalmente abordada pela Psicologia social crítica e também diferente das correntes marxistas e pós-marxistas; (c) essa perspectiva teórica relaciona-se a concepções de sujeito/subjetivação e sociedade que modificam a própria Psicologia social e que encontram aí os fundamentos para sua legitimidade nesse campo de estudos; (d) o pensamento foucaultiano situado na Psicologia social desponta reivindicando uma epistemologia própria, já que não é contemplado pelas perspectivas tradicionalmente abordadas.

Arriscando uma política epistemológica: nomeando produções em Psicologia Social

Sinteticamente, os manuais têm indicado três grandes correntes epistemológicas clássicas em Psicologia social: a social psicológica (ou norte-americana), a social sociológica (ou europeia) e a social crítica (ou latino-americana). Nessas obras podemos encontrar uma sistematização sobre essas três vertentes ou, em alguns casos, a abordagem de cada uma separadamente (Farr, 1988; Jacques et al., 2002; Lane & Codo, 1982).

Alguns trabalhos, como a obra de Garrido e Alvaro (2007), dedicam algumas páginas de seus extensos livros ao que chamam de “Psicologia Social pós-moderna”, incluindo aí o construcionismo social e a análise do discurso, entre outras abordagens, mas sem englobar o pós-estruturalismo. Ademais, nenhuma referência é feita às contribuições de Michel Foucault para qualquer perspectiva da Psicologia

social especificamente. Já no livro organizado por Jacó-Vilela, Ferreira e Portugal (2006), encontramos dois capítulos que merecem ser mencionados por trazerem aproximações com o pós-estruturalismo. Um deles historiciza e analisa teórica e politicamente a emergência das práticas de análise institucional (Rodrigues, 2006) e, embora possa ser situado numa perspectiva pós-estruturalista, não se ocupa de marcar aí uma matriz epistemológica. O outro coloca em questão a Psicologia social na atualidade percorrendo livros-textos de psicologia social (Spink & Spink, 2006). Após análise das configurações clássicas da Psicologia Social, esse trabalho abre a questão para novas epistemologias, abordando o pós-estruturalismo. O texto discute o construcionismo social e menciona, em um curto parágrafo, o pós-estruturalismo e a influência das teorizações de Foucault na Psicologia, a partir do trabalho de Ian Parker.

Sem apelar para um levantamento exaustivo, é preciso ainda mencionar a existência de outras produções, principalmente a partir dos anos 2000, dentre as quais coletâneas organizadas por pesquisadores da psicologia social, que publicam suas investigações realizadas por abordagens inspiradas em Foucault (Lemos et al., 2015; Nascimento, 2002; Scisleski & Guareschi, 2015). As próprias publicações resultantes dos encontros Nacionais da Associação Brasileira de Psicologia Social (ENABRAPSO) frequentemente trazem entre seus capítulos trabalhos que, abrangendo a diversidade teórica do campo, filiam-se a perspectivas pós-estruturalistas foucaultianas em Psicologia social (Accorssi et al., 2015; Bock et al., 2015).

No entanto, nessas produções tampouco vemos a demarcação de uma política epistemológica foucaultiana. Entendemos que essa não nomeação, por um lado, expressa o próprio posicionamento do autor, que recusava classificações totalizadoras, e concordamos com Rodrigues (2015, 2016) que conexões com diferentes campos do saber, como aqueles expressos pelo conectivo “e” (Foucault e a Psicologia, por exemplo), apontam, muitas vezes, mais para uma estratificação (dos saberes e do autor) do que para uma abertura das fronteiras disciplinares. Contudo, por outro lado, também entendemos que a não nomeação produz um efeito político importante: apesar da relevante produção vinculada a essa perspectiva, nas referências clássicas é como se ela não existisse. Além disso, com frequência esses trabalhos são tomados equivocadamente como filiados à perspectiva crítica latino-americana, sem consideração da especificidade da noção de crítica de cada uma dessas abordagens, ou não reconhecidos como produções da Psicologia¹.

Ademais, se atentarmos para os trabalhos publicados como artigos, particularmente na revista *Psicologia & Sociedade*, vinculada à Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), podemos encontrar inúmeras produções que constituem e legitimam uma perspectiva em psicologia social em estreito diálogo com o pensamento foucaultiano. Deve-se registrar, a esse respeito, que não apenas a psicologia social tem buscado no diálogo com esse autor ferramentas para suas análises de fenômenos contemporâneos. Como indica pesquisa realizada por Cavalcante, Silva, Gomes e Hüning (2016), a partir dos anos 2000 houve significativo aumento de publicações de artigos em Psicologia no Brasil que dialogam com o referencial foucaultiano. Entre essas, destacam-se aquelas oriundas da Psicologia Social.

Nota-se, no entanto, que embora muitos trabalhos operem com uma perspectiva foucaultiana e que sua ampla produção já pode ser por si só ser considerada significativa de relevância e legitimidade para esse campo do conhecimento, eles não são suficientes para sistematizar o que chamamos de uma perspectiva foucaultiana da Psicologia Social, pois não problematizam as relações epistemológicas propriamente ditas. Em muitas dessas publicações, encontramos revisões que sustentam as articulações feitas a partir desse campo de saber, postas até mesmo como justificativas para tais interlocuções. Porém, entendemos que permanece, para uma análise do panorama epistemológico da Psicologia social atual, uma lacuna em relação à emergência de uma perspectiva que se consolida no Brasil principalmente a partir dos anos 2000, que merece atenção quanto a sua especificidade.

Por fim, não poderíamos deixar de mencionar que uma abordagem mais direta sobre as interlocuções entre Foucault e a Psicologia pode ser encontrada em duas coletâneas que trazem essa proposta em seu título (Guareschi, Azambuja, & Hüning, 2014; Guareschi & Hüning, 2009). Tais textos, sem dúvida, ampliam os diálogos da Psicologia (tomada de forma ampla, como disciplina e instituição) com o pensamento foucaultiano e sinalizam potencialidades nessa interlocução. Entretanto, mesmo nesses trabalhos, não há uma preocupação estrita com a Psicologia social, tampouco uma sistematização do panorama epistemológico desse campo de saber a partir de uma abordagem foucaultiana.

Há, ainda, que se destacar a tese de Silva (2005), que inverte a proposta de pensar a Psicologia, tradicionalmente entendida como um saber científico *a priori*, postulando-a como campo de intervenção que produziu, simultaneamente, a relevância de se

configurar uma ciência que pudesse conhecer o social. Apesar do pertinente impacto que o trabalho de Silva (2005) desdobra na Psicologia Social, indicando uma aproximação com o pensamento foucaultiano, há uma diferença importante a ser considerada que seu trabalho não vislumbra (Silva, 2004): se, por um lado, ao referenciar Thomas Ibañez como um pensamento que auxilia na desconstrução daquilo que pode ser tomado como uma evidência do que seria a Psicologia social e, nesse aspecto, contribuindo para a enunciação de uma problematização, por outro, não trabalha a diferença do construcionismo - vinculado ao pensamento de Ibañez - da genealogia foucaultiana. Ao não explicitar essa diferença, poder-se-ia vincular o construcionismo ao pós-estruturalismo de Foucault, como de fato o fazem alguns autores (Íñiguez, 2002)^{II}.

Artigos mais recentes que se propõem a abordar o cenário contemporâneo da psicologia social, como o trabalho de Ferreira (2010), categorizam a publicação analisada pela divisão inicialmente apontada sem, contudo, fazer menção ao pensamento foucaultiano. Entretanto, há um artigo de Almeida (2012) que nos chama a atenção porque busca sistematizar as teorias dessa área também na divisão clássica, mas filiando o trabalho com Foucault na chamada psicologia social sociológica, o que é, a nosso ver, um equívoco. Justificamos esse entendimento porque essa vertente sociológica é, de alguma forma, herdeira do pensamento de Durkheim (Farr, 1988), o que não é definitivamente o caso da perspectiva foucaultiana. Além disso, a argumentação desse autor (Almeida, 2012) fundamenta-se na atribuição das investigações foucaultianas, juntamente com as de Deleuze e Guattari, tendo por base o foco sobre as instituições e o poder, sem marcar relevantes diferenças entre esses pensadores. Salientamos que a emergência de uma teoria na Europa não a vincula, necessariamente, à psicologia social sociológica, o que se aplica à demarcação geográfica nas demais perspectivas.

As considerações tecidas até aqui nos permitem afirmar que pesquisas e outros trabalhos desenvolvidos a partir de um referencial foucaultiano constituem, no momento, um campo cinzento no panorama das perspectivas atuais em psicologia social. Pensando com Foucault e considerando suas críticas às demarcações disciplinares dos saberes, poderíamos afirmar que esse deva mesmo ser seu lugar, reiterando assim desde já sua posição crítica, e mesmo uma recusa, aos domínios científicos demarcados pelas fronteiras disciplinares.

Não obstante, assumimos neste trabalho uma tarefa “perigosa” ao buscar delimitar ou até “classificar” uma perspectiva da psicologia social a partir do pensamento de um autor que recusou

vementemente as classificações. Consideramos importante a sistematização e até mesmo a nomeação de um modo de saber e fazer já consolidado e que não pode mais figurar apenas como aquilo que não cabe nas perspectivas clássicas, como um outro fazer que não tem nome. Tal tarefa constitui-se, também de forma consonante com o pensamento de Foucault, como uma questão ao mesmo tempo epistemológica, na medida em que busca preencher uma lacuna na abordagem das perspectivas em psicologia social; e política, pela relevância de afirmar e fundamentar a legitimidade desses modos de produzir conhecimento. Entendemos que esse posicionamento evoca uma política epistemológica. Mesmo diante dos riscos, assumimos essa proposta atentando para algumas diretrizes estabelecidas por Rodrigues (2015) em sua própria investigação:

evitar inteirezas a priori ... ; destotalizar tanto o pensamento de Foucault como os diferentes âmbitos de saber e/ou prática com que este se relaciona; descartar as categorias recepção, penetração e difusão, visto que menos explicam do que precisam ser explicadas; privilegiar anexações e rejeições, inevitavelmente parciais e avessas a sínteses. (Rodrigues, 2015, p. 40)

Entendemos que é preciso apontar as ressonâncias foucaultianas na psicologia social, naquilo com o que rompe e naquilo que instaura de novo, que certamente não está acabado nem pode ser totalizado ou disciplinado.

Pós-estruturalismo e Foucault: por uma outra epistemologia em Psicologia Social

Cabe uma breve explicação antes de avançarmos em nossa discussão: é fundamental salientar que o pós-estruturalismo não é um sinônimo do pós-modernismo. Trata-se de dois movimentos distintos e que remetem a preocupações teóricas completamente diversas.

O pós-modernismo concerne a um movimento que se dá tanto no campo das Artes quanto da Filosofia (Peters, 2000). No primeiro caso, refere-se ao rompimento do artista com os métodos clássicos e tradicionais, na esfera das Artes, mas também da própria arquitetura, por exemplo. No segundo, percebe-se uma crítica ao pensamento de autores modernos, como é o caso de Descartes, Bacon e mesmo Kant e a todas as teorias que pregam as “grandes narrativas” para dar conta de fenômenos culturais e sociais (Lemert, 2000; Peters, 2000). Nas palavras de Charles Lemert:

se o modernismo é a cultura da Idade Moderna (ou simplesmente da *modernidade*), pós-modernismo se relaciona com o colapso do modernismo, o pós-

modernismo é uma cultura que acredita na existência de um mundo melhor que o moderno ... O pós-modernismo é uma cultura que prefere decompor as coisas, respeitar as várias partes do mundo social. Ao falar de cultura, prefere falar de culturas. (Lemert, 2000, pp. 43-44)

Os discursos pós-modernistas focam na valorização dos aspectos locais que se vinculam à produção do conhecimento, e não na sua generalização. Contudo, Foucault rejeita a ideia de pós-modernidade (Foucault, 2008a), entendendo-a como uma expressão vaga e confusa. Os estudos foucaultianos atêm-se a pensar a atualidade – o presente – inspirado na proposta de como essa é inaugurada por Kant (Britto, 2005). Assim, torna-se relevante apresentar brevemente a concepção de Foucault sobre modernidade. Em muitos trabalhos, Foucault adotará a divisão entre a época clássica, séculos XVII e XVIII, e a modernidade, final do século XVIII até os dias atuais (Castro, 2009). Mas seu estudo com relação à modernidade desdobra-se em outras direções: como período histórico, envolve o final do século XVIII até nossos dias; a partir de uma acepção política, inicia com a Revolução Francesa; já tomando a filosofia como referência, inaugura-se com Kant (Castro, 2009). Quanto a este último aspecto, a partir do texto kantiano “O que é *Aufklärung*?”, Foucault entende a modernidade mais como uma atitude do que como uma corrente de pensamento ou marco histórico: “Referindo-me ao texto de Kant, pergunto-me se não podemos encarar a modernidade mais como uma atitude do que como um período da história” (Foucault, 2008b, p. 341). Nessa lógica, o pensamento foucaultiano toma a modernidade como um campo profícuo de produções de questões sobre o presente. Quanto a esse aspecto, a peculiaridade de abordar a modernidade como atitude será retomada adiante neste artigo por ser fundamental para o direcionamento do que Foucault comprehende por crítica.

Por sua vez, Michael Peters (2000) identifica o pós-estruturalismo como um movimento científico que visa a responder às pretensões filosóficas do estruturalismo, especialmente a partir da França dos anos 60 do século XX. Em resumo, podemos afirmar que o estruturalismo foi um movimento que, inicialmente, contemplava a busca de leis gerais e estruturais que explicassem uma certa universalidade de características da linguagem, a partir do pensamento de Saussure e Jakobson. Posteriormente, outros ramos das ciências humanas inspiraram-se nesse movimento para além da linguística, no intuito de identificar os elementos irredutíveis da organização social (Peters, 2000). Desse modo, se o estruturalismo

visava a uma identificação e a uma compreensão dos fenômenos estruturais da linguagem e da sociedade, o pós-estruturalismo surge como uma crítica ao estruturalismo.

É interessante referir-se ao pós-estruturalismo como um “movimento de pensamento [...] que corporifica diferentes formas de prática crítica. O pós-estruturalismo é, decididamente, interdisciplinar, apresentando-se por meio de muitas e diferentes correntes” (Peters, 2000, p. 39). Além disso, é crucial mencionar que as vertentes pós-estruturalistas filiam-se ao pensamento de Nietzsche e de Heidegger. Sinteticamente, nota-se que a contribuição nietzscheana se daria para pensar o sujeito descentrado, corporificado, temporal e submetido às estratégias que o normalizam enquanto indivíduo frente às instituições modernas. Já o pensamento heideggeriano torna-se relevante para o pós-estruturalismo a partir da releitura que Heidegger faz do próprio Nietzsche (Peters, 2000), desenvolvendo, assim, conceitos relativos à ideia de técnica e dos limites do conhecimento científico (Williams, 2012).

A herança nietzscheana é marcante no pensamento foucaultiano. Conceitos como genealogia, ideias relativas à corporeidade, como “corpos dóceis”, disciplina, entre outras, remetem ao pensamento de Nietzsche, que estão presentes na concepção do filósofo francês. Apesar de entender Foucault como um pensador pós-estruturalista – o que o próprio autor não o fez –, no que tange à nossa empreitada, não o fazemos para classificá-lo como uma espécie de taxonomia epistemológica, mas por seu pensamento ser influenciado por Nietzsche, sua concepção de sujeito e por questionar os limites da produção do conhecimento, próximo, portanto, do que Peters discute sobre o pós-estruturalismo (Peters, 2000).

A própria perspectiva foucaultiana opera em uma política de “pensar o presente que hoje somos” (Foucault, 1969/2010). Tal reflexão nos move a atribuir uma fundamental (e crescente) importância ao pensamento do filósofo francês: qual o nosso presente em psicologia social? Não se trata mais de falarmos apenas das três concepções clássicas. Essas vertentes já não parecem ser suficientes para dar conta do que fazemos. Tampouco bastaria ampliar e complexificar as temáticas ou metodologias de nossas pesquisas. Ao deslocar o questionamento para as ferramentas conceituais a respeito do que temos produzido, o pensamento foucaultiano nos instrui à problematização. O encontro com o pensamento foucaultiano produz uma subversão às formas tradicionais de pensar, nos confronta e nos convoca: uma outra psicologia social é necessária, se quisermos produzir um outro social.

Expressão disso é a potência da genealogia como ferramenta na pesquisa em Psicologia Social no Brasil. A genealogia opera na lógica da análise da produção de discursos que orquestram formas de governar a si e aos outros a partir de uma desnaturalização do presente. Contudo, apesar de reconhecermos a importância da genealogia, assim como da arqueologia, nos trabalhos de inspiração foucaultiana, enfatizamos aqui a marcação da contribuição desse pensamento como uma política epistemológica no campo da Psicologia Social.

Nesse sentido, pensando com Foucault, o discurso é político. E embora o autor não considere seu trabalho como do domínio da epistemologia, entendemos ser fundamental marcar o que se produz na psicologia social a partir da obra foucaultiana como uma política epistemológica. Portanto, nomear o que fazemos é uma ação política que nos situa e nos aproxima (e exatamente por isso também nos afasta) de determinadas formas de pensar e de agir, o que nos remete à invenção. A invenção de uma outra forma de pensar e de intervir em Psicologia Social. Então, se preferimos por ora nomear o que estamos produzindo em psicologia social de uma epistemologia de base foucaultiana não o fazemos no intuito de buscar uma filiação ou uma matriz de referência teórica totalizadora, mas por apostarmos e nos engajarmos a uma estratégia metodológica e ético-política comprometida em repensar constantemente o que produz e problematizar os efeitos dessas produções no social. Entendemos que é indispensável, se desejamos outro social, uma afirmação epistemológica que recuse trabalhar a partir de operadores dicotômicos, frequentemente referenciados neste campo: “oprimido X opressor”, “rico X pobre”, “homens X mulheres”, “indivíduo X sociedade”. O pensamento foucaultiano desestabiliza esses maniqueísmos nos interpelando a problematizá-los; isto é, a pensar sobre como esses pares foram se produzindo e configurando no social que temos hoje, como é o caso das problematizações oriundas das perspectivas arqueológica e genealógica.

Por uma outra concepção de crítica

Ao mencionar a palavra “crítica” em Psicologia social, quase que automaticamente nosso pensamento se vincula às concepções marxistas e pós-marxistas. Contudo, enfatizamos que a ideia de crítica aqui reside em outra aposta teórico-política, afastando-a dessa concepção naturalizada. Em maio de 1978, Foucault proferiu a conferência “O que é a crítica? (Crítica e *Aufklärung*)” na Sociedade Francesa de Filosofia (Britto, 2005). A reflexão fundamental dessa conferência concerne a “o que é a crítica?”.

Em sua argumentação, inspirada na filosofia kantiana, o filósofo francês discorre, em uma definição geral, que a crítica implica uma recusa a não ser governado de um determinado modo. Foucault se debruça sobre três pontos de ancoragem da ideia de crítica: (a) crítica em relação à religião (recusar determinada concepção doutrinária da *Bíblia*), (b) crítica em relação ao direito (recusar certas leis porque elas são injustas) e (c) crítica em relação à autoridade (recusar o que diz uma autoridade apenas porque ela ocupa essa posição). Ou seja, a crítica seria, nas palavras de Foucault: “a arte da inservitude voluntária, da indocilidade refletida. A crítica teria essencialmente por função o desassujeitamento no jogo do que se poderia chamar, em uma palavra, a política da verdade” (Britto, 2005, p. 77).

A crítica, para Foucault, relaciona-se diretamente à ideia de governo, e esse, para o filósofo, não remete necessariamente ao Estado, mas a uma vasta gama de relações que tecem o social, em suas mais diversas e cotidianas formas. Trata-se particularmente das formas de governo das condutas, dos sujeitos e de suas relações entre si e consigo. Podemos entender governo como exercício e também efeito do poder, que em Foucault (Foucault, 2014) não é uma propriedade, mas uma prática corriqueira da qual todos nós nos ocupamos. Podemos afirmar que a crítica se refere a uma forma de desobediência a partir de uma reflexão que gera resistência ao jeito de ser governado de um certo modo, a um exercício de poder que não se submete à racionalidade em vigor. É importante ressaltar que a ideia de desobediência a que aludimos não se refere a concepções de senso comum, ou ao que ingenuamente poderia ser tomado como uma simples oposição ou a um apelo por um *não governo*. A crítica reside em um posicionamento político que requer uma implicação ética que negocia com a norma e com os procedimentos normalizadores e normatizadores; a crítica, portanto, também se faz presente como parte da história da subjetividade..

A ideia de crítica foucaultiana colocará, assim, para a Psicologia social, uma nova tarefa, vinculada mais a uma orientação do pensamento – nesse sentido, aquilo que Foucault define como atitude, mencionado anteriormente – do que a uma teoria (Hook, 2004). Diz respeito a uma perspectiva crítica preocupada não com o oferecimento de respostas pelos seus saberes, mas com o questionamento de suas formas de construção e o exame de seu poder disciplinar, colocando sob suspeição aquilo mesmo que ela produz.

Ressaltamos, mais uma vez, que tal ideia de crítica não é herança marxista, como no caso da Psicologia Social Crítica desenvolvida na América Latina. O sentido da crítica foucaultiana implica a

atividade constante de pensar e de pensar-se, não apenas apontando os efeitos do que produzimos, mas nossa própria relação de obediência a certas formas de governar e de sermos governados, ao modo como exercemos poder e à maneira pela qual o poder se exerce sobre nós. A crítica foucaultiana (Britto, 2005; Foucault, 2008b), baseada em Kant, torna-se um exercício reflexivo que nos convida a problematizar, mais do que a nos resignar à experiência do que somos, ou melhor, do que acatar o discurso do que somos.

Há mais de uma resposta à crise da Psicologia Social no Brasil

Não podemos pensar a constituição de um campo de saber e seus contornos de modo dissociado de acontecimentos sociais e políticos. Assim, é importante pontuar a emergência dessa Psicologia social com base foucaultiana, no Brasil, entrelaçada a acontecimentos que tensionam o saber já constituído desse campo de conhecimento e da ciência de modo mais abrangente. Para tanto, ao invés de situar uma autoria, uma data ou um objeto a partir do qual ela se constitui, apontamos elementos que consideramos constituir condições de possibilidade para a construção e consolidação dessa perspectiva no Brasil.

Nesse sentido, é fundamental o trabalho de Rodrigues (2016) sobre a presença, efeitos e ressonâncias de Michel Foucault no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. As passagens do autor pelo Brasil da ditadura militar, em especial as conferências ministradas em 1974 no Instituto de Medicina Social do Rio de Janeiro, criam as condições para que “nossos primeiros trabalhos historiográficos” inspirados em Foucault, “provenham não de historiadores, mas de filósofos, médicos e profissionais ‘psi’” (Rodrigues, 2016, p. 22).

Não se poderia reduzir, entretanto, a relevância de seu pensamento para a Psicologia social à presença do “Foucault-corpo no Brasil” (Rodrigues, 2016, p. 30). As crises políticas e sociais que marcaram e ainda marcam o país foram impulsadoras da busca por novas formas de saber e novas formas de produção de conhecimento. Porém, nas versões clássicas da história da Psicologia social, essas problemáticas foram relacionadas quase que exclusivamente à emergência da Psicologia social crítica. Refutamos tal perspectiva e pontuamos aqui a não unidade dos caminhos que se constituem a partir dessas questões e perguntamos como convertemos as diferentes respostas à chamada “crise da Psicologia Social” em uma única: a Psicologia Social crítica marcadamente influenciada pelo materialismo histórico. Trabalhos como o de

Rodrigues (2006) indicam que outros caminhos foram percorridos, a exemplo da análise institucional e das ressonâncias do pensamento foucaultiano no cenário brasileiro. A vinda de Foucault ao Brasil ditatorial produz uma intervenção não apenas pela entrada de uma outra perspectiva teórica, mas também pelo próprio posicionamento militante do filósofo francês em relação à liberdade de pensamento cerceada naquele momento. Destaca-se sua ida à Universidade de São Paulo em 1975 e o pronunciamento de Foucault no relatório emitido pelo Serviço Nacional de Informação, órgão de apoio ao regime autoritário da época, reproduzido por Rodrigues (2016, p. 119): “Não dá para lecionar sob o tacão das botas, não dá para falar diante dos muros de prisões; não dá para estudar quando as armas ameaçam”.

Do mesmo modo que reduzir a resposta à crise a uma perspectiva crítica não dá conta dos diferentes percursos da Psicologia social no Brasil, restringir sua crise à década de 1970 é insuficiente para acompanhar as transformações que vêm ocorrendo na disciplina até a atualidade, na medida em que novas configurações sociais, políticas e econômicas reverberam em novas configurações dos campos de saberes. A própria ampliação dos debates na ciência, incluindo aí rupturas com modelos epistemológicos universalizantes e hierarquizadores, como as introduzidas pelo pós-estruturalismo, criam condições para caminhos múltiplos da Psicologia Social.

O conjunto de condições abordadas configura, particularmente, mas não exclusivamente, no Brasil, uma episteme comprometida com uma outra postura de produção do conhecimento (Foucault, 2007). Ou seja, uma episteme acolhedora para a constituição de uma nova forma de crítica e, consequentemente, para uma psicologia social que opera na lógica de uma problematização foucaultiana, que, se por um lado, encontra aproximações com algumas das críticas relacionadas à chamada “crise da Psicologia Social” dos anos 1970 (tais como a produção de um conhecimento hegemônico e despolitizado), por outro, não se restringe a ela e rompe radicalmente com suas concepções e encaminhamentos.

Concepções foucaultianas e ressonâncias na Psicologia Social

Podemos afirmar que uma Psicologia Social com inspiração foucaultiana surge de modo relativamente disperso, com a inclusão gradativa de ferramentas conceituais advindas da obra do autor e colocadas em diálogo com esse campo de conhecimento (destacando-se aí suas propostas genealógica e arqueológica), e

a ampliação de temas que passa a abranger, sem que seja possível ou mesmo desejável demarcar um início. Mas se nomeamos esse conjunto de trabalhos como uma nova perspectiva em Psicologia Social, nos cabe apontar, ainda que não de forma definitiva, alguns elementos conceituais sobre os quais construímos nosso argumento. Consideramos fundamental a abordagem das concepções de sujeito/subjetivação e sociedade, muito caras à Psicologia social e, para tal, percorremos alguns textos foucaultianos.

Em um texto publicado originalmente em 1982, Foucault afirmava que o objetivo do seu trabalho não era a análise dos fenômenos do poder, mas “antes, produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura” (Foucault, 2014, p. 118), percorrendo, para tanto, “três modos de objetivação que transformaram os seres humanos em sujeitos” (Foucault, 2014, p. 118): as formas de objetivação pelos discursos científicos; as “práticas divisórias” (entre louco e mentalmente saudável, etc.); e as formas pelas quais o ser humano passa a se reconhecer como sujeito de uma sexualidade.

Em 1984, sob o codinome Maurice Florence, Michel Foucault escrevera um verbete a respeito de seu próprio trabalho arqueogenalógico, sobre sua preocupação com a mútua relação entre os processos de objetivação e subjetivação pelos jogos de verdade que colocam o sujeito como objeto de saber: “Não se trata certamente de saber como se constitui durante a história um ‘conhecimento psicológico’, mas como se formaram diversos jogos de verdade através dos quais o sujeito se tornou objeto de conhecimento” (Foucault, 2006a, p. 236). Prossegue afirmando tratar-se de uma “história da ‘subjetividade’, se entendermos essa palavra como a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo em um jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo” (Foucault, 2006a, p. 236). Ainda em 1984, em entrevista publicada na “*Concordia, Revista Internacional de Filosofia*”, definia assim o sujeito: “não é uma substância. É uma forma, e essa nem sempre é, sobretudo, idêntica a si mesma. ... E o que me interessa é, precisamente, a constituição histórica dessas diferentes formas do sujeito, em relação aos jogos de verdade” (Foucault, 2006b, p. 275).

Ainda que breve, a referência a esses três textos foucaultianos permite uma aproximação das concepções de sujeito e subjetivação do autor, que marcaram significativamente sua relevância para a psicologia social, ao ponto de constituir uma nova epistemologia para esse campo de conhecimento. Tal epistemologia vincula-se a uma concepção ontológica

que recusa a ideia de subjetividade como sinônimo de interioridade psicológica, colocando-a em relação a discursos e práticas que incidem sobre a constituição dos sujeitos.

A análise das formas de objetivação/subjetivação mencionadas por Foucault permeia as produções em Psicologia social que dialogam com o autor, ampliando-se fenômenos e dispositivos de análise na medida em que se processam novas configurações no social. A reciprocidade dos processos de objetivação e subjetivação, bem como a concepção histórica da subjetividade, definirão a relação mútua entre sujeito e sociedade, colocando, portanto, o sujeito como efeito, e não como origem dessas relações, borando o dualismo “indivíduo X sociedade”, presente em outras perspectivas da Psicologia Social.

Por sua vez, a atenção às diferentes lutas sociais e aos efeitos do poder sinaliza sua concepção de sociedade como constituída por uma complexa rede de relações de forças. Da análise das sociedades disciplinares às sociedades de segurança, Foucault coloca como questão as estratégias de governo da vida em sociedade: “o exercício do poder consiste em ‘conduzir condutas’ e arranjar a probabilidade” (Foucault, 2014, p. 133). Em seus últimos trabalhos, a questão do governo será marcada pela análise da tomada da vida biológica pela política (biopolítica), e à análise dos saberes como contraface do poder, o autor acrescentará a importância da economia na constituição de um modelo de sujeito e sociedade empreendedores (Foucault, 2008a; 2008b). Sobre este último aspecto, Foucault sinalizará a passagem de uma mudança na racionalidade da gestão da população, primeiramente pautada na lógica da razão do Estado - na qual a vida da população seria fomentada para o fortalecimento do próprio Estado (Foucault, 2008b) – para uma outra lógica, a razão de mercado – na qual a vida da população seria investida para o fortalecimento do próprio mercado (Foucault, 2008c), culminando no surgimento do sujeito como *homo oeconomicus*.

Sem dúvida, as ressonâncias foucaultianas na Psicologia Social extrapolam muito as concepções de sujeito, modos de subjetivação, governo, sociedade etc., que seriam, de qualquer modo, impossíveis de serem operadas isoladamente. No entanto, entendemos que essas marcam de maneira significativa a construção de uma política epistemológica para a Psicologia social com base nas teorizações foucaultianas, ao propor novas concepções para aqueles que têm sido os principais operadores sobre os quais se consolidou o conhecimento da Psicologia social: o sujeito e a sociedade.

Finalmente, cabe registrar que o conjunto de ferramentas teóricas e conceituais que herdamos de Foucault constitui, de modo imbricado com uma nova epistemologia e ontologia, outras possibilidades metodológicas na produção do conhecimento (Ferreira-Neto, 2015). Trata-se, como afirma Rodrigues (2015, p. 49), da “indissociabilidade entre seus conceitos e seus procedimentos investigativos”. Se não houve prescrição, por parte do autor, sobre método, certamente as pistas, ou as precauções metodológicas, abordadas na arqueologia e na genealogia foucaultianas, têm se constituído como importantes ferramentas de uma, dentre tantas possíveis, já consolidada Psicologia Social.

As concepções de sujeito/subjetivação e sociedade, aliadas a propostas metodológicas tais como a arqueologia e a genealogia, inauguraram na Psicologia social novas formas de construção de seus problemas, novos percursos metodológicos e campos de investigação, bem como introduziram novas ferramentas teóricas e conceituais na abordagem do social e do presente. Se Foucault não postulou uma teoria psicológica, seus usos na Psicologia social certamente transformaram esse campo compondo uma nova e profícua abordagem que, pelas características abordadas neste trabalho, não pode ser enquadrada nos enfoques clássicos da disciplina, merecendo ser nomeada.

Podemos concluir: isso também é Psicologia Social

A existência de uma Psicologia Social fundamentada em uma epistemologia com base na obra foucaultiana expressa-se pelos inúmeros e relevantes textos e produções acadêmicas contemporâneas que buscam no pensamento do autor as ferramentas para pensar o social e a própria psicologia no presente. A despeito de sua não nomeação nos manuais ou textos didáticos que sistematizam a história da Psicologia Social até o momento, tais trabalhos nos indicam que há um corpo de saberes constituído e relevante, dando novos contornos à Psicologia social brasileira. Assim, para além das perspectivas consideradas clássicas na Psicologia social, precisamos acompanhar a emergência de novas configurações no campo, ao mesmo tempo em que o mantemos aberto para novas produções.

A contemporaneidade da obra de Foucault reafirma a potência de seu pensamento para a análise do presente, ao mesmo tempo em que dele nos distanciamos. As ressonâncias de seu trabalho na Psicologia social convergem para a produção de um conhecimento crítico, que pensa contra o presente e que recusa a dicotomia indivíduo X sociedade. A própria

noção de crítica foucaultiana, trazida para a Psicologia social, impõe a esse campo de saber tal abertura. Silva (2003, p. 34) afirma que “o objeto da Psicologia social são os modos de produção da experiência subjetiva, ou seja, o modo pelo qual um determinado conjunto de práticas sociais produz uma certa forma de relação consigo e com o mundo”. Tal definição demanda de nossas estratégias de conhecimento o questionamento constante, considerando que nossos objetos estarão sempre em transformação (Silva, 2003). Nossa crise, como Psicologia Social será, portanto, permanente.

Ao abordarmos a Psicologia Social a partir de uma política epistemológica foucaultiana, enfatizamos a importância de marcar o lugar e a legitimidade desse tipo de produção, e nos colocamos o desafio de, ao fazê-lo, indiscipliná-la. Embora marginal, naquilo que expressa de resistência, é uma Psicologia Social que se constitui a partir de recusas de muitas verdades consolidadas pelas perspectivas clássicas e de especificidades compartilhadas por outros campos de conhecimento aliados na construção de um conhecimento crítico, político, aberto, por se fazer.

Dar nome ao que pensamos e fazemos impõe riscos, ainda mais quando se refere a um pensador que sempre se esquivou de quaisquer classificações. Ainda assim, reiteramos que, ao indicar uma abordagem e uma forma de pensar e pensar-se na/em Psicologia Social, atribuindo um nome, não o fazemos para sufocar o pensamento a uma classificação, mas para demarcar um posicionamento ético-político. Uma ética e uma política epistemológica que visa a arejar novas rotas, novas práticas, novos modos de resistir, recusar e desobedecer em Psicologia social.

Notas

^I Ilustramos essa situação com dois pareceres recebidos pelas autoras em processos distintos de avaliação de artigos. Em um, afirmava-se a relevância do trabalho por contribuir à pesquisa no campo da Psicologia Social Crítica. Em outro, alegava-se: “não conseguimos vislumbrar quais são as reais contribuições deste artigo para a Psicologia, tendo em vista que, apesar de propor isto, o foco de análise das unidades de dados construídas foi o pensamento de Foucault e não necessariamente a Psicologia”.

^{II} Íñiguez (2002), por exemplo, elenca vários autores construcionistas e entre esses inclui Foucault, “quem considero construcionista mesmo que muitas pessoas discordem disso” (Íñiguez, 2002, p. 147).

Referências

Accorssi, A., Bousfield, A. B. S., Gonçalves, H. S., Aguiar, K., & Guzzo, R. S. L. (Orgs.). (2015). *Distintas faces da*

- questão social: desafios para a Psicologia*. Florianópolis: ABRAPSO/Editions do Bosque/CFH/UFSC.
- Almeida, L. P. (2012). Para uma caracterização da psicologia social brasileira. *Psicologia: Ciéncia e Profissão*, 32(n.spe.), 124-137. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000500009>
- Bock, A. M., Barroso, L. M. O., Diehl, R., & Mortada, S. P. (2015). *Práticas e saberes psi: os novos desafios à formação do psicólogo*. Florianópolis: ABRAPSO/Editions do Bosque CFH/UFSC.
- Britto, F. L. (2005). “Crítica e modernidade em Foucault: uma tradução “Qu'est-ce que la critique? [critique et Aufklärung] de Michel Foucault” (Unpublished master's thesis). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Filosofia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, RJ.
- Castro, E. (2009). *Vocabulário de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Cavalcante, L. M., Silva, A. K., Gomes, C. A. R., & Hüning, S. M. (2016). Foucault e a Psicologia no Brasil: interlocuções e novas perspectivas. *Polis e Psique*, 6(2), 146 -165. Recuperado de <http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/63068>
- Farr, R. (1988). *Raízes da Psicologia social moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ferreira, M. C. (2010). A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(n.spe.), 51-64. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000500005>
- Ferreira-Neto, J. L. (2015). Pesquisa e metodologia em Michel Foucault. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(3), 411-420. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/0102-377220150321914100420>
- Foucault, M. (2006a). Foucault. In *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política* (pp. 234-239). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2006b). A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In *Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política* (pp. 264-287). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2007). *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008a). Estruturalismo e pós-estruturalismo. In *Coleção Ditos e Escrito II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (pp. 307-334). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2008b). *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008c). *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2010). *Arqueología do saber* (7^a ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. Original publicado em 1969.
- Foucault, M. (2014). O sujeito e o poder. In *Ditos e escritos IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade* (pp. 118-140). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Garrido, A. & Álvaro, J. L. (2007). *Psicología Social: perspectivas psicológicas y sociológicas*. Madrid, ESP: McGraw-Hill.
- Guareschi, N. M. F., Azambuja, M. A., & Hüning, S. M. (Org.). (2014). *Foucault e a psicologia na produção de conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Guareschi, N. M. F. & Hüning, S. M. (Org.). (2009). *Foucault e a Psicologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Hook, D. (2004). Critical psychology: the basic co-ordinates. In *Critical Psychology* (pp. 10-20). Republic of South Africa: UCT Press.

- Íñiguez, L. (2002). Construcionismo social e psicologia social. In J. B. Martins, N-D. El Hammouti, & L. Íñiguez (Orgs.), *Temas em análise institucional e em Construcionismo Social* (pp. 127-156). Curitiba: Fundação Araucária.
- Jacó-Vilela, A. M., Ferreira, A. A. L., & Portugal, F. T. (Org.). (2006). *História da Psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Jacques, M. G. C., Strey, M. N., Bernardes, A. G., Guareschi, P. A., Carlos, S. A., & Fonseca, T. M. G. (Org.). (2002). *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lane, S. & Codo, W. (Org.). (1982). *O homem em movimento*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense.
- Lemos, F. C. S., Galindo, D., Bengio, F. C. S., Franco, A. C. F., Souza, G. S. S., & Silva, D. G. (Orgs.). (2015). *Psicologia social, direitos humanos e história: transversalizando acontecimentos do presente*. Curitiba: CRV.
- Lemert, C. (2000). *Pós-modernismo não é o que você pensa*. São Paulo: Loyola.
- Nascimento, M. L. (2002). *Pivetes*. Rio de Janeiro: Intertexto.
- Peters, M. (2000). *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Rodrigues, H. B. C. (2006). “Sejamos realistas, tentemos o impossível.” Desencaminhando a psicologia através da análise institucional. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira, & Portugal, F. T. (Orgs.), *História da Psicologia: rumos e percursos* (pp. 515-563). Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Rodrigues, H. B. C. (2015). Ressonâncias do pensamento de Michel Foucault no Brasil – para além das categorias sociológicas. In A. M. Bock, L. M. Barroso, R. Diehl, & S. P. Mortada (Orgs.), *Práticas e saberes psi: os novos desafios à formação do psicólogo* (pp. 28-54). Florianópolis: ABRAPSO/Edições do Bosque CFH/UFSC.
- Rodrigues, H. B. C. (2016). *Ensaios sobre Michel Foucault no Brasil: presença, efeitos, ressonâncias*. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Scisleski, A. & Guareschi, N. (Orgs.). (2015). *Juventude, marginalidade social e direitos humanos: da psicologia às políticas públicas*. Porto Alegre: EDIPURCS.
- Silva, R. N. (2003). Ética e paradigmas: desafios da psicologia social contemporânea. In K. S. Ploner, L. R. F. Michels, L. M. Schlindwein, & P. Guareschi, P. (Orgs.), *Ética e paradigmas na Psicologia Social* (pp. 34-39). Porto Alegre: ABRAPSO SUL.
- Silva, R. N. (2004). Notas para uma genealogia da psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 12-19. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822004000200003>
- Silva, R. N. (2005). *A invenção da Psicologia Social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Spink, M. J. P. & Spink, P. K. (2006). A psicologia social na atualidade. In A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira, & Portugal, F. T. (Orgs.), *História da Psicologia: rumos e percursos* (503-514) Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Williams, J. (2012). *Pós-estruturalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Submissão 16/12/2016

Revisão em: 09/10/2017

Aceite em: 29/10/2017

Agência de fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico [CNPq].
Bolsa de Produtividade em Pesquisa Processo: 305364/2017-0.

Simone Maria Hüning é pesquisadora do cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia da UFAL. Líder do Grupo de Pesquisa Processos Culturais, Políticas e Modos de Subjetivação.

Endereço: UFAL - Campus A.C. Simões, Instituto de Psicologia, Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins, Maceió/AL. CEP 57072-900.
<https://orcid.org/0000-0001-8080-7733>
E-mail: simone.huning@ip.ufal.br

Andrea Cristina Coelho Scisleski é docente e pesquisadora no Programa de Pós-graduação mestrado e doutorado em Psicologia da Saúde da Universidade Católica Dom Bosco (Campo Grande, MS). Líder do grupo de pesquisa Psicologia, Políticas Públicas e Subjetivação.
<https://orcid.org/0000-0001-8387-0391>
E-mail: ascisleski@yahoo.com.br